

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

Conteúdo	Página
Relatório do Conselho de Administração	1 – 3
Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	4
Relatório do Auditor Independente	5 – 7
Balanço	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração das Variações no Capital Próprio	10
Demonstrações de Fluxos de Caixa	11
Notas às Demonstrações Financeiras	12 – 53
Outra informação	54 – 58

Relatório do Conselho de Administração

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico do ano de 2022, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O balanço das actividades do exercício económico de 2022 foi caracterizado pela retoma gradual da actividade económica a nível global e, em particular em Moçambique, sustentado pelo relaxamento das medidas de combate e prevenção da COVID19 que culminaram com abertura dos sectores de actividade e que tiveram grande impacto das restrições (restauração, hotelaria e turismo e bares), bem como a suspensão do recolher obrigatório que permitiu maior circulação e mobilidade de pessoas e bens. Por outro lado, os primeiros meses do ano de 2022 foram impactados negativamente pelas intempéries que assolaram com grande intensidade as zonas Centro e Norte do País, tendo afectado o tráfego e o manuseamento de carga naqueles corredores, assim como pelo conflito geopolítico entre a Rússia e Ucrânia. Contudo, no sistema ferroviário moçambicano, de Janeiro a Dezembro de 2022, foram transportadas cerca de 24,62 milhões de toneladas líquidas, contra cerca de 29,95 milhões planeadas, representando uma execução de 82% e um crescimento de 30% relativamente ao período homólogo de 2021. Nas linhas operadas pelo CFM, durante o exercício económico de 2022 foram transportadas cerca de 12,33 milhões de toneladas líquidas contra 15.41 milhões planeadas, o que corresponde a uma realização de 80% em relação ao plano, e tendo crescido 17% comparativamente ao volume transportado no período homólogo de 2021.

Em termos de Transporte de Passageiros, no período em análise, foram transportados 5.568.969 passageiros contra 5.680.765 do plano, que corresponde a uma realização de 98% e um crescimento de 81% comparado ao período homólogo, como resultado do desconfinamento social e a retomada plena da operação ferroviária, associado ao investimento em automotoras que foram inauguradas em Agosto de 2022, aumentando a capacidade de transporte de passageiros no Sul e Centro do país.

A área Portuária, sob ponto de vista global, registou um nível de execução de 103%, que corresponde a um incremento de 17% em relação à realização do período anterior, ao lograr manusear 56,45 milhões de toneladas métricas (mtm), contra 48,23 mtm registadas no igual período de 2021. Relativamente aos terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas durante o exercício de 2022 cerca de 13,21 mtm contra 12,51 milhões manuseadas em 2021, o que representa um crescimento na ordem de 6% comparativamente a 2021, como reflexo de novos investimentos que tem sido levados a cabo pela empresa.

Não obstante os factores negativos que caracterizaram os primeiros meses do ano de 2022 (ciclones, incidentes ferroviários de tipo descarrilamentos, fraca oferta da carga ferroviária, e o conflito geopolítico entre a Rússia e Ucrânia), a empresa CFM investiu 7.925,1 milhões de Meticais em projectos ferro-portuários com vista à revitalização e renovação dos activos da empresa e, por outro lado, registou um resultado antes dos impostos positivo na ordem de 4.063,4 milhões de Meticais.

Relatório do Conselho de Administração

Com este desempenho, que foi resultado de entrega abnegada e cometimento incondicional de todos colaboradores da empresa, o que nos motiva e orgulha, continuaremos a trabalhar arduamente para que possamos superar os actuais resultados e os desafios impostos pela conjuntura económica interna e internacional, assegurando, com isso, a continuidade na resposta positiva e inequívoca às orientações do Governo no sector ferro-portuário, quer através do PES-Plano Económico e Social, traçado para o ano 2022, ou pelo PQG 2020-24 – Plano Quinquenal do Governo para quinquénio 2020 a 2024. Continuaremos pleitear pela competitividade comercial ao nível regional, estará focalizado pelo melhoramento contínuo da qualidade de serviços e de relacionamento com todos nossos Stakeholders.

A componente social, que tem sido um dos apanágios incontornáveis da nossa existência e fundamento da nossa relevância na promoção de um serviço público de transporte ferroviário de passageiros com segurança e qualidade, teve e continuará a ter a devida proeminência na garantia da continuidade do transporte ferroviário de passageiros urbano, peri-urbano e de longo curso garantido e com incremento de meios novos, com o investimento de 90 carruagens, incluindo 5 automotoras provenientes da Índia.

O Conselho de Administração, perante a conjuntura económica desfavorável a nível regional e do Mundo, centrou as medidas de gestão no esforço de contenção e racionalização de custos operacionais nos seguintes elementos: i) Controlo de novas contratações para o ano de 2022; ii) Controlo de consumo de combustíveis na operação; iii) Controle dos custos de aluguer do material circulante (vagões e locomotivas – determinou a redução do aluguer das locomotivas em detrimento do uso de material próprio); iv) Controlo dos custos das manutenções, priorizando a segurança das operações; v) retenção de 25% de receitas do tráfego ascendente para Zimbabwe de modo a reduzir a dívida existente com a NRZ.

Em termos de Responsabilidade Social, o CFM tem, regularmente, participado em acções de promoção e desenvolvimento, principalmente nas áreas de Saúde, Educação, Desporto, Cultura e Artes.

Estamos, assim, a cumprir o nosso desiderato e a promover, económica e socialmente, os grandes objectivos que cometem não só o sector, mas sobretudo a empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique – E.P. (CFM).

Maputo, 13 de Abril de 2023

Relatório do Conselho de Administração



Eng. Agostinho Francisco Langa

Junior

Presidente do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Zucule

Administrador Executivo



Eng. Aboobacar Adamo Mussa

Administrador Executivo



Dra. Maria de Fátima Mangué

Administradora Executiva



Eng. Anísio Bainha

Administrador Executivo



Dr. Rogério Nkomo

Administrador Não Executivo

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração é responsável pela preparação, integridade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

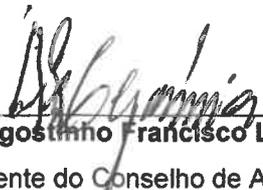
As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes Deloitte & Touche (Moçambique), Lda., aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação de suporte assim como todos os contractos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 8 e 53.

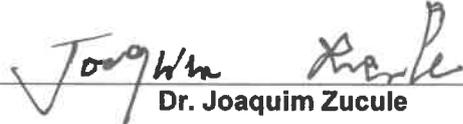
As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2022, constantes das páginas 7 a 52, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) baseado nas normas internacionais de relato financeiro. O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras e, com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a Administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela Administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

A Administração é ainda responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 13 de Abril de 2023 e assinadas pelos seus representantes:


Eng. Agostinho Francisco Langa Junior
Presidente do Conselho de Administração


Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo


Dr. Carlos Macamo
Director da Administração e Finanças

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM)

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras da **Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.** (a Empresa), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022 e a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas, conforme páginas 8 a 53.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.** em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão do IFAC e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório do conselho de administração, páginas 1 a 3, outra informação, páginas 53 a 57 mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Tipo: Sociedade por quotas | NIPC: 400016410 | CREL no.: 5917 | Share capital: 26.443.395 Meticals
Sede: Rua dos Desportistas nº 833, JAT V-1, 3º andar, Maputo, Moçambique

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 05 de Maio de 2023



Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada

Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014, representada por:

Aneliya Nikolova

Partner

Auditora Certificada nº 56/CA/OCAM/2014

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Balanços

em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2022	Reexpresso 2021
ACTIVOS			
<u>Activos não correntes</u>			
Activos tangíveis	6	43.314.970	36.733.550
Activos tangíveis de investimento	7	2.930.674	3.319.667
Activos intangíveis	8	70.481	80.269
Investimentos em subsidiárias e associadas	9	96.120	96.120
Outros activos financeiros	10	20.600	28.550
Activos por impostos diferidos	27.5	713.298	642.586
		47.146.143	40.900.742
<u>Activos correntes</u>			
Inventários	11	3.938.917	4.278.596
Clientes	12	3.297.325	2.710.960
Outros activos financeiros	10	113.980	74.465
Outros activos correntes	13	7.063.914	5.652.328
Impostos a recuperar	27.2	129.132	145.486
Caixa e bancos	14	10.425.540	10.059.465
		24.968.808	22.921.300
Total dos activos		72.114.951	63.822.042
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
<u>Capital próprio</u>			
Capital social	15	1.242.981	1.242.981
Reservas		16.386.950	12.802.682
Resultados transitados		25.406.408	25.444.604
Resultados líquidos do período		2.360.929	3.330.915
Total do capital próprio		45.397.268	42.821.182
<u>Passivos não correntes</u>			
Provisões	19	3.070.158	2.004.974
Empréstimos obtidos	16	11.311.419	8.009.630
Outros passivos financeiros	17	6.002.246	6.002.246
Outros passivos não correntes	18	508.464	555.629
		20.892.287	16.572.479
<u>Passivos correntes</u>			
Provisões	19	219.458	148.515
Fornecedores	20	965.092	2.368.302
Empréstimos obtidos	16	2.143.984	62.192
Outros passivos financeiros	17	1.844.002	1.133.450
Outras contas a pagar	18	652.860	715.922
		5.825.396	4.428.381
Total dos passivos		26.717.683	21.000.860
Total do capital próprio e dos passivos		72.114.951	63.822.042

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstrações dos resultados por naturezas

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)



	Notas	2022	Reexpreso 2021
Vendas de bens e serviços	21	20.072.395	16.981.647
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	11	(1.129.795)	(735.644)
Custos com o pessoal	22	(7.897.112)	(5.732.015)
Fornecimentos e serviços de terceiros	23	(7.717.350)	(6.356.574)
Amortizações	6, 7, 8	(3.298.404)	(3.476.899)
Provisões	19	(70.940)	(625)
Ajustamentos de inventários	11	-	(6.473)
	10,12,		
Imparidades de contas a receber	13	(903.848)	(162.088)
Imparidades de activos tangíveis	6	-	(162.542)
Outros ganhos e perdas operacionais	24	2.575.908	3.044.954
		1.630.854	3.393.741
Rendimentos financeiros	25	2.874.689	3.658.484
Gastos financeiros	26	(442.155)	(2.284.580)
		2.432.534	1.373.904
Resultados antes de impostos		4.063.388	4.767.645
Imposto sobre o rendimento	27	(1.702.459)	(1.436.730)
Resultados líquidos do período		2.360.929	3.330.915

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Demonstrações das variações no capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticals)

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Ganhos e Perdas actuariais	Fundo social dos trabalhadores	Resultado transitado	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo no início de 2021	1.242.981	368.232	6.989.304	649.584	335.943	24.859.551	5.226.668	39.672.263
Aplicação dos resultados	-	-	3.501.564	-	522.669	1.202.435	(5.226.668)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.202.435)	-	(1.202.435)
Xiporo – Fundo de Pensões	-	-	-	435.386	-	-	-	435.386
Ajustamento	-	-	-	-	-	299	-	299
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	3.347.530	3.347.530
Saldo final 2021	1.242.981	368.232	10.490.868	1.084.970	858.612	24.859.850	3.347.530	42.253.043
Integração TCC8/ MHC (Nota 5)	-	-	-	-	-	584.754	(16.615)	568.139
Saldo no fim de 2021 reexpresso	1.242.981	368.232	10.490.868	1.084.970	858.612	25.444.604	3.330.915	42.821.182
Aplicação dos resultados	-	-	2.226.230	-	351.368	753.317	(3.330.915)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(769.932)	-	(769.932)
Xiporo – Fundo de Pensões	-	-	-	1.006.670	-	-	-	1.006.670
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(21.581)	2.360.929	2.360.929
Ajustamento	-	-	-	-	-	-	-	(21.581)
Saldo final 2022	1.242.981	368.232	12.717.098	2.091.640	1.209.980	25.406.408	2.360.929	45.397.268

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Demonstração de fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2022	Reexpresso 2021
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		2.360.929	3.348.744
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Amortizações	6,7,8	3.298.404	3.459.070
Imparidades de contas a receber	12,13	903.848	161.885
Reversão de imparidade de inventários		-	6.473
Impostos		1.702.459	1.436.730
Provisões	19	70.943	462
Mais ou menos valias na alienação de activos		18.700	(7.495)
Ganhos/ perdas actuarias – Fundo Xiporo	19.3	2.071.854	338.201
Outros Ajustamentos	CE	21.582	2.666
Juros e rendimentos similares (líquidos)		-	144.214
Dividendos recebidos		(1.584.974)	(1.270.816)
Imparidade dos activos tangíveis		-	162.542
Mais ou menos valias na venda de activos tangíveis e intangíveis			2.143
Fluxos de caixa antes das alterações no fundo maneo		8.863.745	7.779.487
Aumento em inventários	11	339.679	(1.063.175)
Redução / (aumento) em clientes e outras contas a receber	10, 12	(716.492)	522.916
Aumento em outros activos correntes	13	(2.216.872)	(895.633)
Aumento / (redução) em fornecedores e outros passivos financeiros	20	(1.142.588)	1.697.243
Redução em outras contas a pagar	17,18	(110.227)	581.243)
Caixa gerada pelas actividades operacionais		5.017.245	8.622.081
Impostos pagos	27.2	(1.602.965)	(2.898.163)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		3.414.280	5.723.818
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição dos activos tangíveis	6,7	(6.665.642)	(10.235.374)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis	6,7	-	5.642
Dividendos		1.584.974	1.270.816
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(5.080.668)	(8.958.916)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Juros e rendimentos similares			-
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	16	3.192.387	3.058.665
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		(451.500)	
Juros e gastos similares		-	(144.214)
Dividendos		(708.406)	(1.954.418)
Caixa líquida gerada nas actividades de financiamento		2.032.463	960.033
Variação de caixa e equivalentes de caixa		366.075	(2.275.065)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		10.059.465	12.334.530
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14	10.425.540	10.059.465

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de Meticais e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 31 de Março de 2023.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

De momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marrromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul e Centro);
- Terminal de Alumínio da Matola;



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- Terminal de Carvão Cais 8 (TCC8);
- Porto de Quelimane;
- Porto de Nacala;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM. No ano de 2021 a MPDC passou a explorar a terminal de cabotagem de Maputo, que nos exercícios anteriores estava sob a gestão da Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.

Em 2021 foi liquidada a Sociedade de Terminais de Moçambique, (STM), que em 2020 explorava a terminal ferro-rodoviária das Mahotas, tendo passado para a gestão directa dos CFM o referido terminal.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2022, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 4.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2022, sendo apresentadas em milhares de Meticais arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

3. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2022		2021	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	63.24	64.50	63.20	64.46
Rands Sul-Africanos	3.73	3.81	3.98	4.06
Euros	65.58	66.89	71.61	73.03

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	<u>Anos de vida útil</u>
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 - 10 anos

Os CFM efectuam regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente (“bidprice”). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de Meticais)

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Outros passivos financeiros

Classificam-se nesta categoria os restantes empréstimos e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios de empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego. rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego.

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como gasto assim que se vencem.

A Empresa faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social (“INSS”).



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

Plano de benefícios definidos

No âmbito do Decreto nº 25/2009 de 17 de Agosto que Aprova o Regulamento da Constituição de Fundo de Pensões no âmbito da segurança social complementar a empresa celebrou o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Complementar Fechado dos Trabalhadores dos CFM, abreviadamente designado por XIPORO – FPCF/CFM. A gestão do fundo encontra-se à cargo da Moçambique Previdente – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões. SA cujo contrato foi celebrado em 9 de Agosto de 2017. Em 21 de Novembro de 2018 foi publicada a Ordem de Serviço nº. 7 com a comunicação dos termos e condições do Fundo. Esta Ordem de serviço previu imediatamente a entrada em vigor do Plano de Pensões no entanto, por dificuldades de natureza operacional o Fundo passou a estar em funcionamento a partir do exercício de 2019.

Para fundamento das responsabilidades com as pensões de reforma são feitas as seguintes contribuições:

(i) As contribuições da componente MZN correspondem a 10% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 7% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%;

(ii) As contribuições da componente USD correspondem a 12% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 9% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%.

Usando da faculdade dos parágrafos 64, 65 e 66 da NCRF 19 – Benefícios dos Empregados, a empresa reconhece os ganhos/perdas actuarias e os custos com serviços passados directamente no capital próprio não sendo posteriormente transferidos para a demonstração dos resultados.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticals)

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

5. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios. No entanto houve necessidade de integrar os activos de:

Terminal de Cais de Carvão (TCC8) – Foi concessionada a Vale de Moçambique em 2012, tendo se beneficiado de um grande investimento, para reestruturação e modernização, criação de todas as condições operacionais (Infraestruturas, equipamentos, instalações, etc.) para um complexo sistema de manuseamento de carvão. Tendo sido cessado o contrato de *take or pay* entre os operadores do TCC8 foi feita a reversão deste terminal para o CFM em 2020. Neste contexto, foi feita a integração dos activos depois de reavaliados nas demonstrações financeiras. Os referidos activos são de tipologia de edifícios (Construções modulares), equipamentos (Máquinas pesadas e viaturas), infraestruturas (Correias transportadoras, carga e descarga) mobiliário administrativo e social (Computadores, ar condicionados, cadeiras etc.) e redes de instalação (Hidráulica, saneamento, eléctrica e de combate ao incendio).

Macuti Housing Complex (MHC) - Foi concebido no âmbito do Projecto Corredor da Beira, com o objectivo de alojar os técnicos do Projecto da reconstrução das linhas férreas de Sena e Machipanda. Durante a vigência do Projecto, a Gestão do Complexo esteve a cargo da Empresa Sueca Hifab Internacional, entretanto, após o término do projecto, em 31/12/1999, a gestão passou a responsabilidade integral da Empresa CFM, criando assim mais uma Unidade de Produção dos CFM na indústria hoteleira que tinha o seu próprio NIUT e alvará para o exercício das suas actividades. A MHC presta serviços de arrendamento de imóveis de longo Prazo, incluindo serviços auxiliares de aluguer de um restaurante, de uma Creche e de uma sala de conferências.

Por deliberação do Conselho de Administração dos CFM, datada de 20 de Fevereiro de 2019, foi dissolvida a comissão de supervisão da Gestão da MHC, passando a Administração a subordinar-se directamente a Direcção Executiva dos CFM-C.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

	Saldo anteriormente reportado 2021	Reclassificação	MHC/TCC8	Saldo Reexpresso 2021
Activos tangíveis	36.244.131	-	489.419	36.733.550
Activos intangíveis	80.142	-	127	80.269
Inventários	4.276.338	-	2.258	4.278.596
Clientes	2.707.751	-	3.209	2.710.960
Outros activos correntes	5.645.787	-	6.541	5.652.328
Caixa e bancos	9.978.238	-	81.227	10.059.465
Total do Activo	58.932.387	-	582.781	59.515.168
Resultados transitados	24.859.850		584.754	25.444.604
Resultado líquido do período	3.347.530	-	(16.615)	3.330.915
Total do capital próprio	28.207.380	-	568.139	28.775.519
Fornecedores	2.367.905		397	2.368.302
Outros passivos financeiros correntes	605.114	528.335	-	1.133.450
Outras contas a pagar	1.230.018	(528.335)	14.239	715.928
Total dos passivos	3.597.923	-	14.642	3.612.565
Vendas de bens e de serviços	16.922.989	-	58.658	16.981.647
Custos dos I.V ou Consumidos	(727.682)	-	(7.962)	(735.644)
Custos com o pessoal	(5.705.949)	-	(26.066)	(5.732.015)
Fornecimento e serviços de terceiros	(6.335.532)	-	(21.042)	(6.356.574)
Amortizações	(3.447.730)	-	(29.169)	(3.476.899)
Outros ganhos e perdas operacionais	3.041.456	-	3.295	3.044.751
Rendimentos financeiros	3.652.756	-	5.728	3.658.484
Gastos financeiros	(2.284.523)	-	(57)	(2.284.580)
Total do resultado	5.115.785	-	(16.615)	5.099.170

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

6. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

	<u>Construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Outros activos</u>	<u>Investimento em curso</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>					
Saldo inicial em 2021	50.591.922	21.599.179	2.922.372	1.838.241	76.951.714
Adições	99.429	633.778	355.620	9.256.823	10.345.650
Reexpressão	262.141	248.751	116.459	-	627.351
Abates	-	-	(27.928)	-	(27.928)
Ajustamentos	(2.093)	39.430	(529)	(178.174)	(141.366)
Saldo final em 2021	50.951.399	22.521.138	3.365.994	10.916.890	87.755.421
Adições	9.181	246.405	293.393	8.957.786	9.506.765
Abates	-	-	(32.294)	-	(32.294)
Transferências	42.858	7.387.308	2.500	(7.432.666)	-
Ajustamentos	-	(10.808)	(14.640)	-	(25.448)
Saldo final em 2022	51.003.438	30.144.043	3.614.953	12.442.010	97.204.444

	<u>Construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Outros activos</u>	<u>Investimento em curso</u>	<u>Total</u>
<u>Amortizações acumuladas</u>					
Saldo inicial em 2021	(32.490.238)	(15.099.823)	(226.051)	-	(47.816.112)
Reforço	(1.790.756)	(1.154.834)	(12.218)	-	(2.957.808)
Abates	-	25.650	-	-	25.650
Re expressão	(57.762)	(50.983)	(120)	-	(108.865)
Ajustamentos	-	113	(2.299)	-	(2.186)
Saldo inicial em 2022	(34.338.756)	(16.279.877)	(240.688)	-	(50.859.321)
Reforço	(1.738.128)	(1.150.649)	(10.879)	-	(2.899.656)
Abates	-	-	32.053	-	32.053
	(36.076.884)	(17.430.526)	(219.514)	-	(53.726.924)

Imparidades acumuladas

Saldo inicial em 2021	(162.550)	-	-	-	(162.550)
Reforço	-	-	-	-	-
Saldo final em 2022	(162.550)	-	-	-	(162.550)

Saldo líquido

2021	16.450.093	6.241.261	3.126.306	10.916.890	36.733.550
2022	14.764.004	12.713.517	3.395.439	12.442.010	43.314.970

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

Em 31 de Dezembro de 2022, os activos tangíveis em curso totalizavam 12.442.010 milhares de Meticais e apresentavam a seguinte composição:

	<u>Construção</u>	<u>Equipament o básico</u>	<u>Outros activos</u>	<u>Total</u>
Investimentos em curso	6.207.124	804.360	5.467.742	12.442.010

Não foram entregues quaisquer activos tangíveis como garantia de passivos.

7. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	<u>Construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>			
Saldo final em 2021	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Saldo final em 2022	16.365.223	1.412.636	17.777.859
<u>Amortizações acumuladas</u>			
Saldo inicial em 2021	(12.616.115)	(1.332.574)	(13.948.689)
Reforço	(490.373)	(19.129)	(509.502)
Saldo final em 2021	(13.106.489)	(1.351.704)	(14.458.192)
Reforço	(382.528)	(5.930)	(388.459)
Abates	-	(535)	(535)
Saldo final em 2022	(13.489.017)	(1.358.168)	(14.847.185)
<u>Saldo líquido</u>			
2021	3.258.734	60.933	3.319.667
2022	2.876.206	54.467	2.930.674

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 24.

Não foram entregues quaisquer activos tangíveis de investimento como garantia de passivos.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

8. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	<u>Software</u>	<u>Reservas de terra</u>	<u>Total</u>
Custos			
Saldo final em 2021	46.215	51.239	97.454
Adições	26.398	-	26.398
MHC Reexpressão	1.038	-	1.038
Saldo final em 2021	73.651	51.239	124.890
Adições	502	-	502
Saldo final em 2022	74.153	51.239	125.392
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2021	(36.520)	-	(36.520)
Reforço	(7.314)	-	(7.314)
MHC Reexpressão	(788)	-	(788)
Saldo inicial em 2021	(44.622)	-	(44.622)
Reforço	(10.289)	-	(10.289)
Saldo final em 2022	(54.911)	-	(54.911)
Saldo líquido			
2021	29.029	51.239	80.268
2022	19.242	51.239	70.481

9. Investimentos em subsidiárias e associadas

Houve movimentos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas durante o exercício e apresentam-se como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subsidiárias	340	340
Associadas	84.004	84.004
Outros instrumentos financeiros	47.760	47.760
	132.104	132.104
Imparidade acumulada	(35.984)	(35.984)
	96.120	96.120

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

9.1. Composição dos investimentos em subsidiárias e associadas

O movimento da imparidade acumulada é apresentado na tabela seguinte:

	2022	2021
Em 1 de Janeiro	(35.984)	(224.284)
Utilização	-	188.300
Em 31 de Dezembro	(35.984)	(35.984)

9.2. Composição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação		Valor	
	2022	2021	2022	2021
<u>Subsidiárias</u>				
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	100.00	100.00	100	100
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100.00	100.00	240	240
			340	340

	% de participação		Valor	
	2022	2021	2022	2021
<u>Associadas</u>				
DP World Maputo, S.A.	40.00	40.00	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.50	27.50	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33.00	33.00	3.795	3.795
Terminal de Cabotagem de Maputo	49.00	49.00	5.831	5.831
Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	49.00	49.00	7.590	7.590
Portos do Norte, S.A.	30.00	30.00	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20.00	20.00	6.000	6.000
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49.00	49.00	1.796	1.796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50.00	50.00	6.000	6.000
			84.004	84.004

	% de participação		Valor	
	2022	2021	2022	2021
<u>Outros investimentos financeiros</u>				
Cimentos de Moçambique		1.60	39.748	39.748
Transcarga		17.00	14	14
Technoshore, Limitada		15.00	6.750	6.750
Beira Grain Terminal		15.00	405	405
Belavista Holding		65.00	843	843
			47.760	47.760

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

10. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica outros activos financeiros era como segue:

	2022	2021
<u>Não corrente</u>		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	20.600	28.550
	20.600	28.550
<u>Corrente</u>		
Adiantamentos ao pessoal	83.817	64.179
Acréscimos de juros a receber	41.972	20.738
Devedores diversos – Partes relacionadas	620	614
	126.409	85.531
Imparidade dos investimentos financeiros	(12.429)	(11.066)
	113.980	74.465
	134.580	103.020
	2022	2021
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros:		
Em 1 de Janeiro	(11.066)	(10.562)
Aumento	(1.363)	(504)
Em 31 de Dezembro	(12.429)	(11.066)

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica inventários era como segue:

	2022	2021
Travessas	556.438	528.524
Material de construção	1.367.895	1.839.647
Peças e sobressalentes	2.003.631	1.907.874
Combustíveis e lubrificantes	27.652	19.528
Outros materiais	2.555	2.277
	3.958.171	4.297.850
Ajustamentos de inventários	(19.254)	(19.254)
	3.938.917	4.278.596

11.1 Ajustamento de inventários

O detalhe dos movimentos relativos ao ajustamento de inventários é apresentado na tabela seguinte:

	2022	2021
Em 1 de Janeiro	(19.254)	(57.473)
(Aumento) / reversão	-	(6.473)
Utilização	-	44.692
Em 31 de Dezembro	(19.254)	(19.254)

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticals)

11.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

A composição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	2022	2021
Existências iniciais	4.297.750	3.279.367
Compras	790.861	1.754.127
Existências finais	(3.958.816)	(4.297.850)
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	1.129.795	735.644

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica Clientes era como segue:

	2022	2021
Tráfego	2.099.148	1.450.308
Concessionárias	530.360	689.623
Partes relacionadas	23.237	25.048
Administrações estrangeiras	361.508	371.201
Clientes de cobrança duvidosa	756.900	679.396
Outros clientes	301.304	196.998
	4.072.457	3.412.574
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	(775.132)	(701.614)
	3.297.325	2.710.960

12.1. Movimento das perdas por imparidade de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2022	2021
Em 1 de Janeiro	(701.614)	(540.030)
Reforço	(241.060)	(169.151)
Utilização/Ajustamentos	23.681	-
Reversão	143.861	7.567
Em 31 de Dezembro	(775.132)	(701.614)



Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

13. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a composição da rubrica - Outros activos correntes era como segue:

	<u>2022</u>	<u>Reexp2021</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	3.699.190	3.592.316
Cauções	73.880	73.376
Gastos diferidos	277.071	133.196
Fundo Nacional de Dragagem (Nota 13.1)	1.793.461	1.392.744
Partes relacionadas	33.661	26.632
Adiantamentos à fornecedores	1.991.937	1.453.094
	<u>7.869.200</u>	<u>6.671.358</u>
Perdas por imparidade acumuladas outros devedores (Nota 13.2)	<u>(805.286)</u>	<u>(1.019.030)</u>
	<u>7.063.914</u>	<u>5.652.328</u>

13.1. Fundo de Nacional de Dragagem

O Fundo Nacional de Dragagem, abreviadamente designado por FND, é instrumento de financiamento interno, sustentável e permanente, do sector de dragagens do País visando satisfazer não só as necessidades de investimento do sector, mas também, as necessidades de financiamento relativas às dragagens de manutenção dos portos nacionais. O CFM participa em 42% e o FND em 58% nos custos das dragagens.

13.2. Perdas por imparidade acumuladas de outros activos correntes

O detalhe dos movimentos relativos as perdas por imparidade acumuladas de Iva a recuperar são apresentadas na tabela seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Em 1 de Janeiro	(1.019.030)	(1.019.030)
Aumento	(805.286)	-
Utilização	1.019.030	-
Em 31 de Dezembro	<u>(805.286)</u>	<u>(1.019.030)</u>

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

14. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a caixa e os bancos apresentavam os seguintes valores:

	2022	2021
<u>Caixa</u>		
Meticais	10	-
	10	-
<u>Depósitos à ordem</u>		
Meticais	431.694	631.240
Dólar Norte-Americano	1.730.107	1.690.453
Rands Sul-Africanos	188.925	260.676
Euros	13.251	14.872
	2.363.977	2.597.241
<u>Depósitos a prazo</u>		
Meticais	101.440	122.392
Dólar Norte-Americano	7.960.113	7.339.832
	8.061.553	7.462.224
	10.425.540	10.059.465

15. Capital social

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano.

Constitui reserva legal a parte dos excedentes de cada exercício que for anualmente destinada, nunca inferior a 10% dos mesmos. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Constitui reserva para investimentos nomeadamente o seguinte: (i) a parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe forem anualmente destinadas; (ii) receitas provenientes de participações dotações ou subsídios de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim; (iii) os rendimentos especialmente afectos a investimentos.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

16. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
<u>Não correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	8.732.059	5.435.862
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	2.579.360	2.573.768
	11.311.419	8.009.630
<u>Correntes</u>		
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	2.143.984	62.192
	2.143.984	62.192
	13.455.403	8.071.822

16.1. Empréstimos bancários

Face ao estado avançado de degradação da Linha de Machipanda, o CFM desenvolveu um projecto de reabilitação da mesma com o objectivo de garantir o transporte ferroviário de pessoas e bens com o mínimo de segurança garantidos, o qual ficou orçado em um investimento de cerca de USD 200 milhões, dos quais numa fase inicial seriam necessários USD 150 milhões. Para o efeito, dada a impossibilidade de financiar o montante total do investimento com fundos próprios, o CFM recorreu a banca nacional para a contratação de financiamento de 80% do valor (USD 120 milhões e a comparticipação com fundos próprios do remanescente de USD 30 milhões. O financiamento em causa tem a maturidade de 7 anos e a taxa de juro sobre empréstimo para cada período de juros é a taxa percentual ao ano, que é a taxa agregada da margem e da *LIBOR* aplicável respectivamente. Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa.

Financiam o Projecto de investimento na Reabilitação da linha de Machipanda os seguintes bancos:

1. USD 60 milhões do Standard Bank Moçambique que durante o ano foi incrementado em USD22.44 milhões através duma agenda passando para USD82.44 milhões;
2. USD 35 milhões do BCI;
3. USD 25 milhões do ABSA Moçambique;
4. USD 7 milhões do First National Bank Moçambique.

Do montante do financiamento já foram desembolsados até 31/12/2022 cerca de USD135,381 milhões correspondentes a 93% distribuídos da seguinte forma:

- ✓ Standard bank com USD 79.62 milhões correspondentes a 48%;
- ✓ Banco Comercial e de Investimentos com USD30,76 milhões correspondentes a 18%;
- ✓ ABSA Bank Moçambique, SA com USD 24,99 milhões correspondentes a 15%; e,
- ✓ First National Bank Moçambique, com USD 7,0 milhões correspondentes a 4%;
- ✓ CFM (Fundos próprios) com USD 24,96 milhões correspondentes a 15%.

Relativamente a comparticipação por banco o Standard bank está com 56%, o BCI com 22%, o First National Bank Moçambique, com 5% e por fim o ABSA com 18%. De salientar que com a conclusão do Projecto em curso a linha férrea de Machipanda estará habilitada para uma capacidade de até 3 milhões de toneladas por ano (MTPA), contra a actual capacidade de 0.4 MTPA; vai ter melhoradas as condições de segurança de circulação, redução de descarrilamentos; redução do tempo de transito das actuais 18h para 12h, incremento da capacidade de carga da linha por eixo dos actuais 16.6 para 20.5 toneladas por eixo e restabelecimento da velocidade comercial para 60km/h.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticals)

16.2. Financiamentos do Estado

Os financiamentos do Estado são valorados no final de cada exercício a uma taxa de câmbio fixo histórico de USD 18.36MT (i) e outros pelo câmbio do fecho (ii,iii e iv) da seguinte tabela.

	<u>Notas</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Moeda</u>	<u>Maturidade</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Não corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	312.118	320.082
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	931.256	922.201
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	31.271	32.189
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	USD	20/07/2034	15.746	18.965
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD	02/04/2043	1.288.969	1.280.331
					2.579.360	2.573.768
<u>Corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	31.212	17.005
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	35.074	37.114
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	1.173	-
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	USD	20/07/2034	4.330	234
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD	02/04/2043	2.072.195	7.839
					2.143.984	62.192
					4.723.344	2.635.960

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em Janeiro de 2000, para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP (“Railways Project Restructuring of Port”). O montante em dívida corresponde a USD 71.3 milhões ao câmbio histórico da data de transacção e deverá ser pago durante um período de 30 anos, à taxa anual de juro de 2% aplicada após o período de graça de capital e juros de 10 anos, conforme o Diploma Ministerial Conjunto S/N de 2004 assinado entre os Ministérios do Plano e Finanças e de Transportes e Comunicações em 13 de Outubro de 2004.

(ii) Reabilitação da Linha de Sena

Este montante representa um financiamento do Banco Mundial concedido em 2005, através do Governo de Moçambique, no montante de USD 5.5 milhões, destinado à reabilitação da linha de Sena. Este valor deverá ser pago durante um período de 15 anos através de uma série de 30 prestações semestrais iguais e sucessivas de capital e juro. O período de graça de capital e juro é de 10 anos e a taxa de juro é de 0,75%. O montante em dívida corresponde a 502.997 USD no final do ano.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

(iii) Electrificação do Porto da Matola

Este montante diz respeito a um financiamento concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (*Reconstruction Credit Institute*), em 2005, via Governo de Moçambique, para a electrificação do Porto da Matola, no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via do desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos através de serviços de importação e exportação. Este valor deverá ser pago em 20 anos e tem um prazo de diferimento de 5 anos à taxa de juro anual de 5,5% incidindo sobre os valores utilizados e não amortizados. O montante em dívida corresponde a 311.275 USD no final do ano.

(iv) Empréstimo concedido pelo Estado Moçambicano

Importa referir que o crédito concessiona de USD 95 milhões do Exim Bank da India para o financiamento de aquisição do material circulante (locomotivas, vagões e carruagens) foi firmado entre dois governos da India e de Moçambique. Por essa via coube ao Ministério de Economia e Finanças o repasse do referido montante para CFM através do Acordo de Retrocessão. O montante em causa tem um período de maturidade de 25 anos correspondentes a 50 semestres e deverá ser amortizado ao longo de 20 anos através de uma série de 40 prestações semestrais, iguais, sucessivas e inadiáveis, após um período de diferimento de 5 anos. A taxa de juro aplicável é de 5,5%.

O seu reconhecimento nas contas do CFM é feito mediante aos desembolsos feitos pelo Exim Bank no pagamento das facturas do fornecedor RITES na conta de adiantamentos a fornecedor e a crédito na conta de empréstimos concedidos pelo Estado.

17. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica outros passivos financeiros apresentava a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Não corrente</u>		
Reversão da Linha de Sena (Nota 17.1)	6.002.246	6.002.246
	<u>6.002.246</u>	<u>6.002.246</u>
<u>Corrente</u>		
Cauções pagas	22.125	22.347
Acréscimos de rendimentos	-	5.650
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	56.898	12.869
RITES, LTD	978.212	328.282
Credores partes relacionadas	99.713	4.075
Resultados atribuídos/Dividendos	437.535	376.009
Salários a pagar	228.269	200.054
Outros acréscimos de gastos	21.250	184.164
	<u>1.844.002</u>	<u>1.133.450</u>
	<u>7.846.247</u>	<u>7.135.696</u>



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

17.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6 002 246 milhares de Meticais. Decorre ao nível do Conselho de administração conversações por correspondência junto do IGEPE e do Ministério da Economia e Finanças o projecto de transformação do referido montante em aumento de capital.

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
<u>Outros passivos não correntes</u>		
Rendimentos diferidos		
Reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	330.037	360.979
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	178.427	194.650
	508.464	555.629
<u>Outras contas a pagar</u>		
Reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	31.154	31.154
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	16.222	16.222
Adiantamentos de clientes	201.705	60.945
Partes relacionadas	1.051	-
Outras operações com trabalhadores	10.245	53.117
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS)	63.143	103.529
Segurança social (INSS)	10.875	10.649
Outros credores diversos	318.465	440.306
	652.860	715.922
	1.161.324	1.271.551

18.1. Reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de Meticais em 2004. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil contabilística de 30 anos esperada.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

18.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira concluída em 2018 com vida útil estimada em 15 anos, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infraestruturas dos Serviços Marítimos.

19. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Provisões apresentava a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Não corrente</u>		
Fundo de pensões (Nota 19.3)	3.070.158	2.004.974
	<u>3.070.158</u>	<u>2.004.974</u>
<u>Corrente</u>		
Provisões para férias	1.851	2.137
Provisões para litígios judiciais (Nota 19.2)	155.280	146.378
Provisões para impostos	62.327	-
	<u>219.458</u>	<u>148.515</u>
	<u>3.289.616</u>	<u>2.153.489</u>

19.1 Movimento das provisões

Durante o exercício de 2022 houve movimentação na rubrica Provisões:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Em 1 de Janeiro	2.153.489	2.250.212
Fundo Xiporo	1.065.184	(97.185)
Aumento	-	13.770
Reversão	(211.071)	(13.308)
Em 31 de Dezembro	<u>3.007.602</u>	<u>2.153.489</u>

19.2 Provisões para litígios judiciais

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré, calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticals)

19.3 Fundo Xiporo

Os principais pressupostos actuários utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 são:

Pressuposto financeiro	Responsabilidades em MZN
Idade normal de reforma	60 homens/55 mulheres
Taxa de desconto	11.8%
Taxa de inflação de preços	5.7%
Taxa de inflação de salários	6.7%
Incremento das pensões (percentagem da inflação dos salários)	4.5%
Taxa de juro (pros-reforma)	6.50%
Tábua de Mortalidade (pós-reforma)	PA (90) +3
Tábua de Mortalidade (pré-reforma)	N/A
Pensão do cônjuge (homens quatro mais velhos)	30% reversível
% dos casados na reforma	80%

Os participantes do plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2022	2021
Activos	4.468	4.996
Reformados e pensionistas	216	150
	4.684	5.146

A aplicação da NCRF 19 traduz nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Valor actual das responsabilidades de serviços passados	5.307.972	3.690.136
Valor do fundo de pensões	(2.237.814)	(1.685.162)
Défice de financiamento	3.070.158	2.004.974

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e pode ser analisada como segue:

	2022	2021
Responsabilidades em 1 de Janeiro	3.690.136	3.278.930
Custo dos juros	537.454	394.406
Custo de serviço corrente	1.761.059	109.148
(Ganhos)/perdas actuariais	(542.896)	25.856
Pensões pagas	(137.781)	(118.204)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	5.307.972	3.690.136

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2022	2021
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	1.685.162	1.176.771
Rendimento esperado	226.659	165.353
Contribuições da empresa	556.979	532.281
Ganhos/(perdas) actuariais	(93.205)	(71.038)
Pensões pagas	(137.781)	(118.205)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	2.237.814	1.685.162

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

Os activos do fundo de pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2022	2021
Depósitos à ordem	7.977	15.892
Depósitos a prazo	43.500	87.500
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.641	8.478
Títulos de dívida pública	1.882.745	1.306.144
Outros títulos de dívida	150.873	160.991
Devedores	187.730	141.099
Valores a pagar	(41.652)	(34.942)
	2.237.814	1.685.162

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2022	2021
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	2.004.974	2.102.159
Custo de serviço corrente	1.761.059	109.148
Custo dos juros	537.454	394.406
Rendimento esperado do fundo	(226.659)	(165.353)
Total registado na Demonstração de resultados	2.071.854	338.201
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.006.670)	(435.386)
Total registado em capital próprio	(1.006.670)	(435.386)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	3.070.158	2.004.974

Para o fundamento das responsabilidades para com o Fundo de Pensões relativamente aos serviços passados, foi acordado no contrato constitutivo do Fundo que os CFM irão fazer contribuições mensais de 16 361 613 MZN e 99 577 USD durante vinte anos.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2022	Reexp2021
Fornecedores de combustíveis	168.188	32.553
Fornecedores das locomotivas e acessórios	10.193	14.840
Fornecedores do material de construção da via	123.359	1.914.177
Fornecedores dos serviços de dragagem	92.972	86.011
Outros fornecedores	570.380	320.720
	965.092	2.368.302

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)**21. Vendas de bens e serviços**

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Estadias	451.964	418.789
Exportações	647.787	345.602
Importações	1.089.077	1.256.978
Pilotagem	98.489	108.270
Rebocadores	422.960	390.970
Transporte de passageiros	178.213	32.256
Transporte e manuseamento de mercadorias	16.287.489	13.492.080
Outros serviços prestados	896.416	936.702
	<u>20.072.395</u>	<u>16.981.647</u>

22. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações da administração	170.435	127.264
Remunerações de outros colaboradores	4.180.589	3.981.736
Encargos com as remunerações	82.263	70.772
Ajudas de custo	64.031	33.763
Indemnizações de trabalhadores	1.944	5.095
Pensões	52.590	58.341
Seguros de acidentes de trabalho e doença	8.925	7.138
Custos de acção social	173.907	111.711
Fundo Xiporo - contribuições	473.766	462.733
Fundo Xiporo – custo com pensões (Nota 19)	2.071.854	338.201
Outros custos com pessoal	616.808	535.261
	<u>7.897.112</u>	<u>5.732.015</u>

O número de trabalhadores em 2022 e 2021 foi de 6.569 e 5.819 colaboradores, respectivamente.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticals)

23. Fornecedores e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
Água e electricidade	307.700	268.486
Combustíveis e lubrificantes	1.548.931	616.334
Ferramentas e utensílios	46.224	33.750
Materiais de manutenção e reparação	452.531	285.285
Material de escritório	84.995	59.175
Serviços de dragagem	563.615	647.422
Estiva	1.749.974	1.658.469
Manutenção e reparação	765.564	718.059
Transporte de carga e de passageiros	5.561	4.076
Comunicações	81.028	75.007
Publicidade e propaganda	84.177	61.064
Deslocações e estadas	165.176	102.292
Despesas de representação	7.080	3.607
Contencioso e notariado	4.892	3.548
Rendas e alugueres	150.104	99.653
Seguros	92.165	86.459
Limpeza, higiene e conforto	229.305	188.051
Vigilância e segurança	404.474	366.937
Trabalhos especializados	503.563	826.264
Intercâmbio de material circulante	302.262	151.598
Outros fornecimentos e serviços	168.029	101.038
	7.717.350	6.356.574

24. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
Ganhos		
Rendas fixas	619.246	672.000
Rendas variáveis	1.946.902	2.142.114
Honorários de gestão	162.054	183.691
Aluguer de outros equipamentos	21.666	22.886
Subsídios para investimentos	47.377	63.599
Outros rendimentos e ganhos	528.319	661.746
	3.325.564	3.746.036

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticals)

	2022	2021
Perdas		
Impostos e taxas	(113.245)	(58.721)
Multas e penalidades	(217)	(1.754)
Alienação de activos tangíveis	-	(2.142)
Donativos	(63.334)	(70.680)
Quotizações	(3.294)	(4.276)
Programas de responsabilidade social	(140.286)	(175.000)
Clube de actividades desportivas	(406.323)	(333.266)
Indemnizações	(1.633)	(5.163)
Outros gastos e perdas	(21.324)	(50.080)
	<u>(749.656)</u>	<u>(701.082)</u>
	<u>2.575.908</u>	<u>3.044.954</u>

25. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
Juros obtidos	140.741	207.973
Rendimentos de partes sociais	811.185	655.856
Diferenças de câmbio favoráveis	246.605	1.434.613
Dividendos recebidos	1.584.974	1.270.816
Outros rendimentos e ganhos financeiros	91.184	89.226
	<u>2.874.689</u>	<u>3.658.484</u>

26. Gastos financeiros

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
Juros suportados	19.184	47.654
Diferenças de câmbio desfavoráveis	336.857	2.140.309
Outros gastos e perdas financeiras	86.113	96.617
	<u>442.154</u>	<u>2.284.580</u>

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

27. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.773.171)	(1.548.537)
	<u>(1.773.171)</u>	<u>(1.548.537)</u>
Aumento / (diminuição) em activos por impostos diferidos	70.712	111.807
	<u>70.712</u>	<u>111.807</u>
	<u>(1.702.459)</u>	<u>(1.436.730)</u>

A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

27.1. Reconciliação da taxa de imposto

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 42% (2021: 30%).

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto a pagar à taxa nominal	(1.300.284)	(1.525.646)
Ajustado por:		
Despesas não dedutíveis	(1.346.929)	(1.017.341)
Rendimentos não tributados	874.042	994.450
Imposto diferido	70.712	111.807
	<u>(1.702.459)</u>	<u>(1.436.730)</u>

27.2. Imposto a recuperar

A reconciliação do imposto corrente com o saldo no final do ano pode ser analisada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 01 de Janeiro	145.488	(1.204.139)
	<u>145.488</u>	<u>(1.204.139)</u>
Pagamento por conta	1.238.830	1.882.346
Outras retenções na fonte	149.644	166.186
Pagamento a final 2021	368.341	849.630
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.773.171)	(1.548.537)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>129.132</u>	<u>145.486</u>

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

27.3 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Activos tangíveis	52.016	52.016
Diferenças cambiais não realizadas	140.062	381.145
Imparidades de contas a receber	450.993	161.900
Provisões	70.227	47.525
	<u>713.298</u>	<u>642.586</u>

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Activos tangíveis	Diferenças cambiais	Contas a receber	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	-	430.310	99.736	733	530.779
Imputado / (creditado) ao resultado	52.016	(49.165)	62.164	46.792	111.807
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	52.016	381.145	161.900	47.525	642.586
Imputado / (creditado) ao resultado		(241.083)	233.099	78.696	70.712
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	52.016	140.062	394.999	126.221	713.298

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Imposto Diferido
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	530.779
(Imputado) / creditado ao resultado	111.807
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	642.586
(Imputado) / creditado ao resultado	70.712
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	713.298

28. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os Administradores.

28.1. Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Benefícios de curto prazo	170.435	127.264
	<u>170.435</u>	<u>127.264</u>

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

28.2. Transacções com partes relacionadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Vendas e prestações de serviços		
Cornelder de Moçambique S.A.	1.066.593	1.122.357
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	1.112.170	935.393
Corredor de Desenvolvimento do Norte	493.723	913.750
	<u>2.672.486</u>	<u>2.971.500</u>

28.3 Saldos com partes relacionadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Clientes</u>		
Concessões, Tráfego e Outros		
MPDC- Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	228.101	172.158
Corredor de Desenvolvimento do Norte	198.150	307.756
Cornelder de Moçambique S.A.	95.750	72.771
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	-	2.329
Cimentos de Moçambique, S.A.	13.137	9.390
DP World	3.237	-
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	10.321	68.880
	<u>560.696</u>	<u>633.284</u>
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	168.910	193.680
Transnet Freight Rail	126.905	164.908
eSwatini Railways	65.693	12.633
	<u>361.508</u>	<u>371.221</u>
	<u>910.204</u>	<u>1.004.505</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Outros activos financeiros</u>		
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	15.235	23.185
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
	<u>21.221</u>	<u>29.171</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Estado</u>		
Empréstimos obtidos.	4.723.344	2.635.960
	<u>4.723.344</u>	<u>2.635.960</u>

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

29. Compromissos e contingências

29.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 150.280 milhares de Meticais.

29.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

29.3 Contingências fiscais

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções de imposto devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, IRPS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A Administração acredita que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

29.4 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2022, apresenta-se como segue:

<u>Beneficiário</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Valor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Banco</u>
Tribunal do Trabalho da Cidade de Maputo	Processos judiciais em curso	3.474.286,50	MZN	BCI

30. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêem periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

30.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

30.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos bancários	8.732.059	5.435.862
Financiamentos do Estado	4.723.344	2.573.768
Total	13.455.403	8.009.630
Bancos	10.425.540	9.978.238
	(3.029.863)	1.968.608
Redução de 50 pontos percentuais	(15.149)	9.843

O impacto de um aumento/redução de 50 pontos-base nas taxas de juro, com todas as outras variáveis constantes terá um efeito de 25.863 milhares de Meticais (2021 9.843 milhares de Meticais) de aumento/redução no lucro antes de impostos.

30.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rand. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	<u>Dólar Norte- Americano (USD)</u>	<u>Rand Sul- Africano (ZAR)</u>	<u>Euro (Eur)</u>	<u>Dólar Zimbabweano (ZWD)</u>	<u>Total</u>
2022					
Activos financeiros:					
Clientes	1.383.581	82.874	-	-	1.466.455
Caixa e equivalentes de caixa	9.690.220	188.925	13.251	-	9.892.396
	11.073.801	271.799	13.251	-	11.358.851

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

	Dólar Norte- Americano (USD)	Rand Sul- Africano (ZAR)	Euro (Eur)	Dólar Zimbabweano (ZWD)	Total
Passivos financeiros:					
Fornecedores					
Empréstimos obtidos	(13.455.403)				(13.455.403)
Activos financeiros					
líquidos	(2,381,602)	271.799	13.251		(2,096,552)
2021					
Activos financeiros:					
Clientes	1.346.323	252.626	-	-	1.598.949
Caixa e equivalentes de caixa	9.030.285	260.676	14.872	-	9.305.833
	10.376.608	513.302	14.872		10.904.782
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(1.462.985)	-	-	-	(1.462.985)
Empréstimos obtidos	(8.071.821)	-	-	-	(8.071.821)
	(9.534.806)				(9.534.806)
Activos financeiros					
líquidos	841.802	513.302	14.872		1.369.976

Análise de sensibilidade da moeda estrangeira

O Dólar Norte-Americano, e o Rand Sul Africano, são as moedas principais a que a Empresa está exposta.

A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

	USD		10% Aumento	10% Diminuição	ZAR		10% Aumento	10% Diminuição	Other	
	10% Aumento	10% Diminuição			10% Aumento	10% Diminuição				
2022										
Ganho / (perda)	(376,519)	376,519	18,897	(18,897)	1,325	(1,325)				
Activos financeiros	969,022	(969,022)	18,897	(18,897)	1,325	(1,325)				
Passivos financeiros	(1,345,540)	1,345,540	-	-	-	-				
2021										
Ganho / (perda)	84.180	(84.180)	51.330	(51.330)	1.487	(1.487)				
Activos financeiros	1.037.661	(1.037.661)	51.330	(51.330)	1.487	(1.487)				
Passivos financeiros	(953.481)	953.481	-	-	-	-				

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticals)

30.4 Risco de crédito

O risco de crédito empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos	10.425.530	10.059.465
Clientes	3.297.325	2.710.960
Outros activos financeiros	134.580	103.015
	<u>13.857.435</u>	<u>12.873.440</u>

A empresa avaliou todos os saldos de clientes vencidos quanto à sua recuperabilidade e acredita que a sua qualidade de crédito se mantém intacta. Uma composição dos saldos de clientes vencidos, mas sem imparidade é apresentada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Vencidos dias correntes		
Vencidos entre 1-30 dias	2.668.736	1.717.903
Vencidos entre 61-90 dias	183.687	274.209
Mais de 90 dias	444.902	718.848
	<u>3.297.325</u>	<u>2.710.960</u>

30.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Mais de 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 Anos</u>	<u>Total</u>
2022				
Fornecedores	965.092	-	-	965.092
Empréstimos obtidos	2.143.984	10.876.044	435.375	13.455.403
Outros passivos financeiros	1.844.002	-	6.002.246	7.846.248
	<u>4.953.078</u>	<u>10.876.044</u>	<u>6.437.621</u>	<u>22.266.743</u>



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Meticais)

	Até 1 ano	Mais de 1 ano a 5 anos	Mais de 5 Anos	Total
2021				
Fornecedores	2.368.302	-	-	2.368.302
Empréstimos obtidos	62.192	5.498.054	2.511.576	8.071.822
Outros passivos financeiros	1.133.450	-	6.002.246	7.135.696
	3.563.944	5.498.054	8.513.822	17.575.820

30.6 Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	2022	2021
Total dos empréstimos	13.455.403	8.071.822
Total dos passivos financeiros	7.846.248	7.135.696
Total da dívida	21.301.651	15.207.518
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(10.425.540)	(10.059.465)
Dívida líquida	10.876.111	5.148.053
Capital próprio	45.397.268	42.821.182
	56.273.379	47.969.235
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	24%	(12%)

30.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transacciona instrumentos financeiros, mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

30.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

30.9 Categoria dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros detidos pela entidade são ao custo amortizado e estão abaixo apresentados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes	3.297.325	2.710.960
Outros activos financeiros	134.580	103.015
Caixa e equivalentes de caixa	10.425.540	10.059.465
	<u>13.857.445</u>	<u>12.873.440</u>
Empréstimos obtidos	(13.455.403)	(8.071.822)
Fornecedores	(965.092)	(2.368.302)
Outros passivos financeiros	(7.846.248)	(7.135.696)
	<u>(22.266.743)</u>	<u>(17.575.820)</u>
(Passivos) / activos financeiros líquidos	<u>(8.409.298)</u>	<u>(4.702.380)</u>

31. Eventos subsequentes à data do balanço

Não se verificaram factos ou circunstâncias de natureza material ocorridos entre o final do ano e a data destas demonstrações que possam ter um efeito significativo sobre os resultados e a posição financeira da empresa.

Contudo, a 20 de Março 2023, o Eng. Agostinho Francisco Langa Júnior, tomou posse como Presidente do Conselho de Administração. De referir que o Eng. Agostinho Francisco Langa Júnior foi nomeado no passado dia 14 de Março pelo Conselho de Ministros em substituição do Eng. Miguel José Matabel, que vinha exercendo as funções desde 2017.

No início do presente ano o nosso País foi severamente fustigado pelo Ciclone Freddy tendo, igualmente, atingido o nosso sector ferro-portuário danificando infraestruturas e equipamentos incluindo a paralisação das Linhas. Dados preliminares indicam que o sector ferro-portuário sofreu prejuizos avultados em infraestruturas, equipamento e carga não transportada avaliados em cerca de USD 25.5 milhões nos sistemas Sul e Centro do País.

O CFM está a trabalhar na elaboração e implementação de um plano de acções para recuperação dos tráfegos tendo em conta o alcance do Plano de Produção ferro-portuária aprovado para o exercício económico financeiro de 2023.



Outra Informação

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

1. Impacto da pandemia da COVID-19

O Sector ferro portuário de que o CFM é um dos actores importantes a par das concessionárias na sua dinamização é o Sector de Logística por Excelência.

Os desenvolvimentos recentes a nível mundial, continental, regional e nacional, ditados pelas inovações tecnológicas e pelas novas formas de organização da produção, onde as indústrias produtivas e os serviços passaram a concentrar-se no negócio principal, obrigaram a produção de bens e serviços a extravasar fronteiras nacionais, o que subverteu os conceitos tradicionais de territorialidade.

Hoje é comum que uma indústria baseada num país receba de um outro país componentes para a montagem do produto acabado, pressionando o transporte e a logística a desempenharem um papel fundamental, obrigando a construção de novas infraestruturas e a modernização das já existentes.

Pelo que, qualquer choque externo, por mais localizado que se considere, devido a Globalização tem sempre impactos, sejam eles positivos e ou negativos em outros países, sobretudo quando os choques acontecem em países com maior peso no comércio externo, como é o caso da China e neste caso que abala todo o mundo.

A pandemia do coronavírus ou COVID-19 é uma doença de fácil transmissão. Pelo que, o impacto nos sectores produtivos como o da logística, tem sido devastador, o que afectou o prazo da conclusão das obras de reabilitação da linha de Machipanda e a recepção de materiais e equipamentos para duplicação da linha de Ressano Garcia. Contudo, a expectativa é que em 2023 com a abertura plena de todos os postos de travessia terrestres aéreos e portuários do País, possa impactar positivamente no desempenho da Empresa com um potencial aumento do manuseamento de carga e passageiros nas áreas Ferroviária e Portuária.

O CFM estará atento às políticas emanadas pelo Governo de Moçambique através do Ministério da Saúde inerentes ao protocolo de medidas de prevenção da COVID-19 que forem emanadas e fará de tudo para o cumprimento escrupuloso para salvaguarda da saúde dos seus trabalhadores e utentes dos serviços ferro-portuários por si prestados.

2. Posicionamento do CFM na indústria de Petróleo e gás em Moçambique

As recentes descobertas de importantes reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, com estimativas provadas a volta de 93 Tcf, a que se juntam mais 4 Tcf já em produção na zona Sul, na região de Pande-Temane colocam Moçambique numa posição privilegiada, podendo se tornar num dos 10 maiores produtores mundiais de GNL e competir com outras nações africanas, tais como, a Nigéria e a Argélia.

Existem, ainda, outras reservas prováveis na Bacia do Rovuma e cerca de 6 Tcf na zona sul. Outras potenciais reservas na Bacia do Buzi, ainda em fase inicial de estudos exploratórios, dão uma indicação do imenso potencial em hidrocarbonetos existentes em Moçambique.

A adopção de uma estratégia integrada para a monitorização destes abundantes recursos petrolíferos e a sua conversão em factores de desenvolvimento socioeconómico do País deve ser visto como um factor determinante e de definição do sucesso.

Outra Informação

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

A estratégia deve (necessariamente) promover o conteúdo local almejando sempre a felicidade económica dos moçambicanos, por via da industrialização e a participação dos mesmos nas diversas oportunidades de negócio que poderão ser geradas nas vertentes de exploração e produção (upstream), armazenamento, logística e transporte (midstream) e processamento (downstream).

Os Projectos da Bacia de Rovuma têm o potencial de:

- Transformar a economia moçambicana, tornando-a robusta e geradora de elevadas receitas para o Estado.
- Estimular oportunidades imensuráveis e o crescimento de empresas moçambicanas, sem comprometer a competitividade da indústria de O&G.
- Fomentar o desenvolvimento humano e social e propiciar igualdade de acessos e oportunidades, podendo contribuir para uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Sendo o CFM um actor importante na logística ferro-portuária, afigura-se pertinente o seu envolvimento na indústria de O&G, com as premissas de:

- Implantação, exploração e desenvolvimento de infraestruturas portuárias e/ou serviços de logística portuária e de transporte em Moçambique, em geral, interessam ao CFM por ser parte da sua missão e escopo de actividade. É do interesse do CFM.
- Construção e Operação do Porto MultiUso de Palma (Afungi, Palma).
- Prestação de Serviços Marítimos (Pemba & Afungi).
- Prestação de Serviços e Logística Portuária (Nacala, Pemba & Afungi).
- Transporte Marítimo de LNG (Afungi para o resto do Mundo).

O envolvimento do CFM assenta-se na seguinte base:

O CFM tem a obrigação de captar as oportunidades de negócio que os Projectos de Gás geram para o sector dos transportes (incluindo, por via da Satisfação do Conteúdo Local), através:

- Incremento da competitividade das Empresas Moçambicanas e da Economia, assegurando a provisão de serviços requeridos para atender as necessidades da indústria de petróleo e gás.
- Obtenção de ganhos para Empresa/Economia, gerando a antecipação das receitas do gás.
- Desenvolvimento do linkage e sinergias a nível do sector empresarial público e privado moçambicano e o valor acrescentado.
- Criação de emprego e transferência de know-how para os Moçambicanos qualificados ou não, participando na cadeia de fornecimento e na cadeia de valor do petróleo e gás.

O envolvimento do CFM justifica-se pelo facto de:

O Governo ter conferido aos CFM a especial missão de participar e envolver-se em negócios de O & G (Ex: LNG Shipping – Área 1), o que deve permitir:

- Empoderamento de Moçambique nos negócios de O & G: hoje - Área 1 (Afungi), amanhã - Área 4 (Offshore), depois - Área 5 (Angoche);
- Diversificação e agregação de novos negócios para o CFM, com a participação na indústria de O & G.

O CFM está em processo de criação de uma nova sociedade para fazer face a varias frentes e oportunidades na industria de O & G e que aguarda aprovação pelo IGEPE.

Outra Informação

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

3. Investimentos previstos para o ano 2023

Para o ano 2023, o CFM compromete-se em realizar investimentos em activos ferro-portuários ligados a infraestrutura bem como no incremento do material circulante para fazer face a contento das previsões de tráfego em todos os corredores em que a gestão está sob sua alçada. Para o efeito, o destaque vai para os seguintes projectos:

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO SUL:

- Aquisição de material circulante de modo a gradualmente absorver grande parte de mercadorias tradicionalmente transportados na ferrovia que se encontram a ser transportadas, também, na rodovia no corredor de Maputo para as Linhas de Goba, Ressano Garcia e Limpopo;
- Implementação do Sistema de Telecomunicações (LTE – Long Term Evolution) através da tecnologia 5G na linha de Goba.
- Conclusão da Fase I do Projecto de duplicação da Linha de Ressano de Garcia (42km de Matola Gare a Secongene) no âmbito do Plano Quinquenal do Governo 2020/2024.
- Continuação da execução do Projecto de Requalificação da Estação Central de Maputo.
- Conclusão da construção da ponte ferroviária sobre o rio Tembe na linha de Goba e respectiva linha férrea de conexão.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO CENTRO:

- Reposição da capacidade operacional, face aos danos causados às infraestruturas ferro-portuárias pelos ciclones IDAI, Ana e recentemente do Freddy.
- Dragagem de manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Beira.
- Conclusão do Projecto de Reabilitação da Linha de Machipanda, financiado pelo banca comercial nacional (BCI, Standard Bank, FNB Moçambique e Absa) prevista para meados de 2023.
- Implementação do Sistema de Telecomunicações (LTE – Long Term Evolution) através da tecnologia 5G na linha de Sena.
- Aquisição de material circulante, financiado pelo Exim Bank para fazer face a concorrência do tráfego rodoviário, numa perspectiva de complementaridade.
- Conclusão do Estudo do Projecto de Engenharia para expansão da capacidade do Terminal de Petróleos da Beira.
- Instalação do Sistema de Controlo de Tráfego de Navios (VTS) e do Sistema de Gestão Integrado e Controlo de Veículos no porto da Beira.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO NORTE:

- Aquisição de 2 Rebocadores e 2 lanchas para o Porto de Nacala.
- Investimento e ampliação do Porto de Pemba tendo em vista maximizar o volume de negócio gerado com a implantação do projecto do Óleo e Gás.
- Reposição das condições para o reatamento das actividades com normalidade no Porto de Mocimboa da Praia.



Outra Informação

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

- Conclusão do Projecto de Investimento na Reabilitação e Expansão do Porto de Nacala no decurso do I semestre/2023, que vai permitir o aumento da capacidade de manuseamento do Terminal de Contentores dos actuais 100 mil TEUs para cerca de 250 mil TEUs/ano, o qual contou com financiamento concecional da JICA (Japão) no montante de 37,0 biliões de Yen que correspondem aproximadamente USD 273,0 milhões.

4. Investimentos e Acções Estratégicas

SEDE:

- Investir em novas áreas estratégicas de negócio (ex: Óleo e Gás no âmbito do Conteúdo Local).
- Harmonização com a Autoridade Tributaria sobre os horários de trabalho na Ferrovia e no Porto de modo a otimizar a eficiência operacional e satisfação dos clientes utentes dos mesmos.
- Reflexão sobre os actuais problemas de gestão operacional com as administrações vizinhas (TFR e NRZ) que impactam na demanda de tráfego para os corredores de Maputo e da Beira e possível apoio na solução dos mesmos com envolvimento de todos intervenientes na cadeia logística.

Os projectos de investimento acima destacados e agregados com outros não de menor importância, resumem-se em termos de distribuição por região, na tabela ilustrativa seguinte:

Direcção Executiva	Aprovado para 2023
CFM-Sul	1.667.943
CFM-Sede	3.685.551
CFM-Centro	1.169.860
CFM-Norte	1.133.757
BRLM	900.144
Orçamento de investimentos aprovados para 2023 sem BRLM	7.657.111
Total dos Investimentos	8.557.255

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos ligados essencialmente ao impacto da prevalência da pandemia da COVID - 19, a actividade e rendibilidade da organização será afectada em menor ou maior grau. Com base em toda informação disponível à data, incluindo no que respeita a situação de liquidez geral e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, considera-se que se mantém aplicável o princípio de continuidade e das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

Financiamento em 2022

Financiamento adicional do Standard Bank- Moçambique no montante de USD 22.444.000,00, por adenda assinada no dia 31 de Março de 2022, para aquisição de material circulante (300 vagões de bordas altas) no âmbito do Projecto de Investimento na Reabilitação da linha de Machipanda, que compreende a componente da infraestrutura (USD 150,0 milhões) e de material circulante (USD 50, 0 milhões). Refira-se que o Contrato inicial é de USD 60,0 milhões, concedidos em 27 de Dezembro de 2019, e a adição da Adenda totaliza a facilidade concedida pelo Standard Bank - Moçambique para USD 82,44 milhões, com vencimento até 31 de Dezembro de 2027.

Outra Informação

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de Meticais)

5. Outros

A interligação ferroviária Moçambique-Malawi, através do ramal ferroviário da ponte Dona Ana a Vila Nova da Fronteira, no distrito de Mutarara, província de Tete (44 km), linha principal está concluída. No entanto, decorrem trabalhos que consistem essencialmente no ataque pesado, soldadura de carris, conclusão da linha de cruzamento de comboios e construção de duas Estações Ferroviárias, sendo 1 em Dona Ana e outra na vila nova da fronteira deverá estar concluída até ao primeiro semestre do ano em curso. O restabelecimento irá assegurar a ligação do Malawi com o Porto da Beira, via Mutarara, irá facilitar o movimento de grandes volumes de carga a preços mais competitivos neste corredor. (reforçar a conectividade e competitividade das infraestruturas de transporte da SADC).

O Porto de Maputo, para o ano de 2023, mantém um enorme potencial para o crescimento dos volumes ferroviários promovido pelas recentes melhorias e investimento na infraestrutura ferro portuária (investimento tanto em infraestrutura, como em soluções tecnológicas e capital humano).

No início do ano 2023, o transporte ferroviário nos corredores do Sul e do Centro CFM Centro teve um decréscimo na produção, devido a paralisação das operações, causados pelos eventos ciclónicos (ciclone Freddy) e wash away que afectou o transporte ferroviário em todas 5 linhas dos dois sistemas. No entanto, as equipas do CFM prontamente se fizeram ao terreno para trabalhos de reposição da operacionalidade das linhas afectadas e reelaboração de um plano de recuperação dos tráfegos afectados de modo a mitigação dos impactos que advém desta adversidade.

Ao longo do ano verificou-se uma redução no manuseamento de fertilizantes no Porto de Nacala influenciado pelo agravamento do preço de fertilizantes no mercado internacional particularmente o conflito militar entre a Rússia e Ucrânia, que afecta a demanda por esta *commodity* por parte do Malawi. Iniciativas de concertação conjunta estão a ser desenvolvidas ao nível do corredor logístico para retoma para níveis anteriormente alcançados do tráfego de fertilizantes para o Malawi.

.....